DIÁRIO *de bordo*

A voz de Davos

ROBERTO RODRIGUES



O World Economic Forum, realizado no fim de janeiro e começo de fevereiro deste ano em Davos, na Suíça, representou um ponto de inflexão na compreensão internacional sobre o Brasil.

É bem verdade que nos últimos anos nosso país vinha se tornando mais conhecido pelos governos em todo o mundo, sobretudo em função da facilidade com que o presidente da República se movimenta internacionalmente e também pela postura mais firme com que o Itamarati tem se posicionado nas negociações da OMC, Alca e Mercosul.

Ainda assim éramos pouco conhecidos pela opinião pública estrangeira. Todo mundo conhece algumas marcas registradas: o eterno Pelé, o carnaval, a destruição da Amazônia e os meninos de rua. E ainda é comum insinuar-se a velha máxima de De Gaulle, segundo a qual não somos um país sério. Cansei de ouvir gente supostamente bem informada – porque a mal informada nem sabe bem em que continente estamos – perguntar como vai nossa capital Buenos Aires.

Mas a atual crise econômica do Brasil – metida no grande terremoto determinado pela globalização e no pantanal das finanças mundiais – e suas conseqüências internas e externas se transformam em motivo de especulação em todos os gabinetes executivos e acadêmicos do planeta, e um motivo de preocupação nos escritórios das empresas multinacionais e de grandes investidores globais.

O Brasil foi uma grande vedete em Davos. Em um megaevento daqueles, em que duas mil personalidades de destaque, públicas ou da área privada, de todos os países se juntavam em centenas de painéis e plenárias grandiosas, o Brasil foi lembrado, perguntado, solicitado e criticado à exaustão. Palpites foram dados por economistas de renome como Dornbusch, Cavallo, Fischer, William Rhodes, Gurria Trevino, Lawrence Summers, Charlene Barshefsky, Robert Rubin, George Soros e outros. Governantes de destaque, como Al Gore, também se referiram ao nosso país, assim como banqueiros e consultores em economia.

De tudo o que se disse, emerge uma nova realidade: o Brasil não é mais visto como uma *banana republic* e passou a novo e importante marco na geopolítica mundial. Tem um novo papel econômico nas relações internacionais, embora ainda não representemos grande coisa nas contas comerciais.

Mas é consenso que o Brasil tem uma posição estratégica de relevo incontestável na nova ordem econômica mundial.

É preciso usar com inteligência a nova imagem do país. A oportunidade se dará nas negociações da OMC, rodada que definirá as regras para o comércio mundial de produtos agrícolas a se iniciar em dezembro próximo.

Felizmente estamos trabalhando bem. Governo e setor privado estão articulados, com respaldo acadêmico, e o país terá uma posição clara para estas negociações, seja como membro do grupo de Cairns, seja como integrante do bloco Mercosul, seja como grande país isolado. As macroposições estão desenhadas e as cadeias produtivas são consultadas sobre suas prioridades e margens possíveis de negociação. É um sucesso e uma novidade, se compararmos nossa atuação de hoje à da Rodada Uruguai do Gatt ou do Mercosul.

Mas o que se viu em Davos impõe uma questão muito maior: não precisamos e não podemos entrar nas negociações com medo ou timidez. Temos um peso muito superior ao que tínhamos no passado, e é preciso falar firme e grosso no futuro. Não por bravata ou ufanismo, mas pelo respeito a que fazemos jus.

Esta é a mudança fundamental. Aliás, o vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, fez um pronunciamento em Davos do qual se destaca o texto literal: "Na semana passada, o presidente solicitou uma nova rodada de negociações do comércio global para expandir o comércio em serviços, manufaturados e produtos agrícolas. Estou particularmente esperançoso de que essas negociações poderão melhorar o padrão de vida dos agricultores e pecuaristas do mundo. Eis por que estou anunciando hoje que os Estados Unidos irão demandar uma redução maior e mais profunda das tarifas agrícolas – na média chegam agora a 40%. Vamos clamar pela eliminação franca dos subsídios agrícolas na exportação – que não são encontrados em nenhum outro setor. Os subsídios agrícolas custam a uma família européia, em média, US$1.500 por ano. Estamos também comprometidos a assegurar que os produtos agrícolas mundiais possam usar com segurança cientificamente comprovada a biotecnologia – sem medo da discriminação comercial. O mundo tem hoje à sua disposição novas e seguras tecnologias que poderão ajudar-nos a alimentar milhões de famílias famintas. Devemos promovê-los, não puni-los."

Todos sabemos que americanos e europeus praticam uma dança de gato e rato em torno da questão do protecionismo agrícola, mas o discurso de Gore é bastante forte e não se pode imaginar que seja um novo pronunciamento performático.

Por outro lado, o item cambial da crise sinaliza claras possibilidades de melhoria de renda para amplos setores do agronegócio brasileiro e portanto abre caminho para investimentos na área, internos e/ou externos, com ampliação inclusive da fronteira agrícola, do volume de produção, do crescimento da participação nos mercados mundiais e do equilíbrio da balança comercial.

Tudo indica que uma nova grande chance se abre ao país, para crescer através do agribusiness e da agricultura.

Espera-se que o governo, que tem sido tão urbano, também seja sensível a essa onda e, junto com o setor privado, aproveite bem a oportunidade. Ela é, sem dúvida, a última deste século e a primeira do próximo milênio.